

Nº. 05/2020 ____ ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA CINCO DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E VINTE. _____

____ No dia cinco de março do ano dois mil e vinte, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, sob a Presidência do Senhor Paulo Alexandre Matos Cunha, com a presença dos Senhores Vereadores, Ricardo Jorge Costa Mendes, Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá, Sofia Manuela Cadeias Machado Fernandes, José Manuel Leitão dos Santos, Célia Cristina Maia Menezes e Castro, Mário Sousa Passos, José Pedro Carvalho de Macedo Ferreira Sena, Alfredo Augusto Morais Lima e Vítor Torres Pereira. _____

____ O Senhor Vereador Leonel Agostinho Azevedo Rocha eleito pela coligação PPD/PSD.CDS-PP, não esteve presente na reunião, tendo sido comunicado, atempadamente, essa impossibilidade. _____

____ O executivo municipal justificou a respetiva ausência. _____

____ Eram dez horas e trinta minutos quando pelo senhor Presidente foi declarada aberta a reunião. _____

-ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

-DADA A NECESSIDADE URGENTE DE APRECIÇÃO E VOTAÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA, DAS PROPOSTAS ABAIXO INDICADAS, O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SUBMETEU A VOTAÇÃO A ADMISSIBILIDADE DAS MESMAS: _____

1 - “Voto de Louvor a Gabriel Maia: Campeão Nacional de Atletismo em Pista Coberta”

2 - “Voto de Louvor a Maria João Barbosa e Pedro Matos: Campeões Nacionais de Atletismo em pista Coberta” _____

3 - “Voto de Louvor a Daniela Lopes: Campeã Nacional de Natação” _____

4 - “Voto de Louvor a Adriana Gonçalves e Catarina Martins: Campeões Nacionais de Badminton” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, RECONHECER O CARÁCTER DE URGÊNCIA E ADMITIR A INCLUSÃO DAS REFERIDAS PROPOSTAS, NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA.** _____

_____ **INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO:** _____

O SENHOR VEREADOR NUNO SÁ - pediu a intervenção para que lhe fossem disponibilizadas cópias dos pareceres externos solicitados no âmbito do pedido de licenciamento da construção da antena de telecomunicações junto à escola D. Maria II, nomeadamente, por parte da Direção-Geral de Saúde e demais entidades. _____

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - informou irá dar indicações aos serviços para fornecer os elementos pretendidos, esclarecendo que no âmbito deste processo foram solicitados pareceres à ANACOM e Direção-Geral de Saúde que, por sua vez, reencaminhou para a ARS-Norte. _____

_____ *NÃO HAVENDO MAIS INTERVENÇÕES, PASSOU-SE, DE IMEDIATO, À APRECIÇÃO DOS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:* _____

_____ **ORDEM DO DIA:** _____

_____ **PRESIDÊNCIA:** _____

1 - “APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2020” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Submetida a aprovação, a ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 27 de fevereiro de 2020, cuja leitura foi dispensada em virtude dos seus textos terem sido previamente distribuídos. _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR.** _____

2 - “VOTO DE LOUVOR A GABRIEL MAIA: CAMPEÃO NACIONAL DE ATLETISMO EM PISTA COBERTA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“O jovem atleta Gabriel Maia, em representação do CCDDR - Clube Cultura e Desporto de Ribeirão, sagrou-se Campeão Nacional de Atletismo em Pista Coberta, nos 300m, no escalão de juvenis, no Campeonato Nacional de Atletismo em Pista Coberta, realizado em Braga, nos dias 8 e 9 de fevereiro. _____

O CCDDR - Clube Cultura e Desporto de Ribeirão tem vindo a realizar um trabalho notável na formação e preparação de vários jovens atletas nas diversas disciplinas técnicas do Atletismo, alcançando diversos títulos regionais e nacionais, sendo, por isso, testemunho da virtude dos apoios e políticas locais para a área do Desporto, assim como do elevado empenho e dedicação à atividade desportiva de todos os famalicense que nela se envolvem. _____

O Município tem o dever de reconhecer os desportistas e entidades famalicense que contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no

âmbito nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Louvor pela sacração de Gabriel Maia, como Campeão Nacional de Atletismo em Pista Coberta, nos 300m, no escalão de juvenis. _____
2. Dar conhecimento do presente Voto de Louvor ao Clube e à Federação que representa.”

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE LOUVOR, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

3 - “VOTO DE LOUVOR A MARIA JOÃO BARBOSA E PEDRO MATOS: CAMPEÕES NACIONAIS DE ATLETISMO EM PISTA COBERTA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Os jovens atletas famalicenses Maria João Barbosa e Pedro Matos, em representação do Sporting Clube de Portugal, sagraram-se Campeões Nacionais de Atletismo em Pista Coberta, nos 60m e 60m barreiras, respetivamente, no escalão de juniores, no Campeonato Nacional de Atletismo de Pista Coberta, que se realizou em Pombal, nos dias 15 e 16 de fevereiro. Além dos títulos individuais, os jovens atletas famalicenses sagraram-se, ainda, campeões coletivos, em masculinos e femininos, pelo Sporting Clube de Portugal. _____

Maria João Barbosa e Pedro Matos são atletas que iniciaram a modalidade de atletismo nos escalões de formação do CCDDR - Clube Cultura e Desporto de Ribeirão, transitando à posteriori para o Sporting Clube de Portugal, embora continuem a treinar em Vila Nova de Famalicão. _____

O Município tem o dever de reconhecer os desportistas e entidades famalicenses que contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no âmbito nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Louvor pela sacração de _____

- Maria João Barbosa, como Campeã Nacional de Atletismo em Pista Coberta, nos 60m, escalão de juniores. _____

- Pedro Matos, como Campeão Nacional de Atletismo em Pista Coberta, nos 60m barreiras, escalão de juniores. _____

2. Dar conhecimento do presente Voto de Louvor ao Clube e à Federação que representam.” _____

DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE LOUVOR, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA._____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA._____

4 - “VOTO DE LOUVOR A DANIELA LOPES: CAMPEÃ NACIONAL DE NATAÇÃO” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Daniela Lopes, atleta do Grupo Desportivo de Natação de Famalicão, sagrou-se Campeã Nacional de Natação de Longa Distância, na prova de 3 km, no Campeonato Nacional de Longa Distância, que se realizou na Póvoa de Varzim, no dia 23 de fevereiro de 2020.

Trata-se de mais uma atleta famalicense que tem prestado um contributo relevante para a projeção do nosso concelho no domínio do desporto, nomeadamente na modalidade de

natação, o qual constitui uma via privilegiada para a promoção de estilos de vida saudáveis e a formação integral das novas gerações. _____

O Município tem o dever de reconhecer os desportistas e entidades famalicenses que contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no âmbito nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Louvor pela sagração de Daniela Lopes como Campeã Nacional de Natação em Longa Distância (3km), no Campeonato Nacional de Natação de Longa Distância. _____

2. Dar conhecimento do presente Voto de Louvor à Associação e à Federação que representa.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE LOUVOR, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

5 - “VOTO DE LOUVOR A ADRIANA GONÇALVES E CATARINA MARTINS: CAMPEÕES NACIONAIS DE BADMINTON” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“As jovens atletas famalicenses, Adriana Gonçalves e Catarina Martins, em representação do FAC - Famalicense Atlético Clube, conquistaram os seguintes títulos de Campeãs Nacionais de Badminton, no Campeonato Nacional de Badminton, que se realizou no Centro de Alto Rendimento das Caldas da Rainha, nos dias 22 e 23 de fevereiro: _____

- Adriana Gonçalves e Catarina Martins, Campeãs Nacionais de Badminton, em pares senhoras, no escalão de Sub 21; _____

- Adriana Gonçalves, Campeã Nacional de Badminton, em singulares, no escalão de Sub 21. _____

Trata-se de mais duas atletas famalicenses que tem prestado um contributo relevante para a projeção do nosso concelho no domínio do desporto, nomeadamente na modalidade de Badminton, o qual constitui uma via privilegiada para a promoção de estilos de vida saudáveis e a formação integral das novas gerações. _____

O Município tem o dever de reconhecer os desportistas e entidades famalicenses que contribuem para a valorização da imagem do concelho de Vila Nova de Famalicão no âmbito nacional e internacional, motivo pelo qual proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Voto de Louvor pela sagração de: _____

- Adriana Gonçalves e Catarina Martins como Campeãs Nacionais de Badminton, em pares senhoras, no escalão de Sub 21. _____

- Adriana Gonçalves, Campeã Nacional de Badminton, em singulares, no escalão de Sub 21. _____

2. Dar conhecimento do presente Voto de Louvor à Associação e à Federação que representam.” _____

_____**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE LOUVOR, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.**_____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA._____

6 - “EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO - EQ BEI - LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - LOJA DO CIDADÃO” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que o Despacho nº 6200/2018, publicado no DR, 2.ª Série, nº 121 de 26 de junho, declara a celebração de um Empréstimo Quadro (EQ) entre Portugal e o Banco Europeu do investimento (BEI) que “se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), designadamente o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão (Fundos da Política de Coesão) no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020.”; _____

Considerando que através do Despacho 6323-A/2018, publicado no DR, 2.ª Série nº 123 de 28 de junho foi publicado o “Regulamento de Implementação da Linha BEI PT 2020 - Autarquias” de apoio e financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento aprovadas no âmbito do Portugal 2020, promovidas pelas autarquias locais e suas associações, entidades intermunicipais e empresas do setor local, com o objetivo de acelerar o investimento da execução dos fundos da União Europeia destinados à Política de Coesão; _____

Considerando que a operação “Loja do Cidadão de Vila Nova de Famalicão”, registada sob o n.º NORTE-09-0550-FEDER-000152, foi aprovada em 23 de janeiro de 2020; _____

Considerando que nos termos do nº 1 do artigo 5.º do referido Regulamento o referenciado financiamento reveste a forma de financiamento reembolsável, através de Empréstimo a contratar com o Estado através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C);

Considerando que o financiamento “Linha BEI PT 2020 - Autarquias” é um Empréstimo a médio e longo prazo (15 anos); _____

Estas candidaturas à “Linha BEI PT 2020 - Autarquias” vão permitir o acesso dos municípios a empréstimos do BEI em condições muito favoráveis, considerando as taxas praticadas pela banca comercial. _____

Considerando que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, prevê, no artigo 52.º, que o limite da dívida total de operações orçamentais não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores; _____

Considerando que o limite para a dívida total de operações orçamentais para o final de 2020 é de 120.533.009,63€; _____

Considerando que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, era, em 31 de dezembro de 2019, de 27.859.054,45€; _____

Considerando ainda que a Câmara Municipal tem acautelado, na contração de empréstimos de médio e longos prazos, os princípios orientadores do endividamento autárquico, nomeadamente a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais, e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização. _____

Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Autorizar a apresentação do pedido de financiamento à “Linha BEI PT 2020 - Autarquias”, mediante a submissão da candidatura através do Balcão 2020, por um prazo de 15 anos e com um período de carência de 2 anos, na modalidade de taxa de juro variável, para financiamento da contrapartida nacional referente à operação “NORTE-09-0550-FEDER-000152 - Loja do Cidadão de Vila Nova de Famalicão”, aprovada pelo Norte 2020. _____

2. Autorizar que a modalidade de garantia a constituir a favor do Estado para assegurar o cumprimento das obrigações de pagamento de capital e juros decorrentes do financiamento EQ BEI - PT 2020, caso seja aprovado, seja a “retenção de transferências do Orçamento do Estado”.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

OBRAS MUNICIPAIS: _____

1 - “APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS CANDIDATURAS DO CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO DA EMPREITADA DESIGNADA “INTERFACE 2 - ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE PASSAGEIROS DE V. N. DE FAMALICÃO - EDIFÍCIO PRINCIPAL E PALA” _____

Do Senhor Presidente da Câmara Municipal cujo teor se transcreve: _____

“No cumprimento dos n.ºs 3 e 4 do artigo 186.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, elaborou-se o Relatório Final de Análise das Candidaturas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação relativo à empreitada: “Interface 2 - Estação Rodoviária de Passageiros de V. N. de Famalicão - Edifício principal e pala“, no qual são apresentadas as candidaturas qualificadas que passam em condições de igualdade à fase seguinte e as candidaturas excluídas. _____

Pelo exposto proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o Relatório Final de Análise das Candidaturas do Concurso Limitado por Prévia Qualificação relativo à empreitada: “Interface 2 - Estação Rodoviária de Passageiros de V. N. de Famalicão - Edifício principal e pala”. _____
2. Autorizar a notificação de todos os candidatos da decisão tomada, conforme previsto no artigo 188.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

JURÍDICO: _____

1 - “PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HASTA PÚBLICA, COM LICITAÇÃO VERBAL PARA ALIENAÇÃO DE 17 VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA DESTINADOS A DESTRUIÇÃO E DESMANTELAMENTO QUALIFICADO” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“A presente Hasta Pública, compreende a alienação, de 17 veículos abandonados na via pública destinados a posterior destruição e desmantelamento qualificado. _____

Esgotadas pelos serviços municipais, todas as regras e procedimentos adotados nos casos em que se verificou estacionamento indevido ou abusivo na via pública, em parques e zonas de estacionamento, dentro da área de jurisdição do Município, em complemento

das regras consagradas sobre esta matéria no Código da Estrada e legislação complementar, bem como todos os procedimentos que foram seguidos após a remoção. Dado que não foi apresentada qualquer reclamação ou comunicado facto relevante que obste à mencionada aquisição por ocupação, sendo conferido aos veículos removidos o destino que a Câmara Municipal entender por conveniente, assim se justifica a presente alienação. _____

Considerando, o disposto no Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto - Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, bem como o regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2107, de 11 de dezembro, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018 e aprova o regime jurídico específico de gestão de veículos em fim de vida e, ainda o disposto no artigo 253º e, seguintes, em vigor nesta matéria, do “Código Regulamentar da Urbanização e Edificação, Espaço Público e, Atividades Privadas” e, demais legislação aplicável relativa à gestão de veículos em fim de vida. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Autorizar a realização de hasta pública, com licitação verbal para alienação de 17 veículos abandonados; _____

2 - Aprovar a lista de veículos a alienar e, a respetiva base de licitação, que se anexa à proposta; _____

3 - Aprovar a composição e, nomeação dos elementos da Comissão, para o ato público, em causa cuja constituição se propõe da seguinte forma: Presidente: Dr. Vítor Manuel Moreira, Diretor Geral Municipal; _____

Vogais efetivos: Dr. António Magalhães, Comandante Operacional P.M. que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Dr.ª M.ª Isabel V. Pinto, Técnica Superior Jurista DAJC; _____

Vogais suplentes: Dr.^a Sandra Marisa Veloso Fernandes, coordenadora do Serviço “Oficinas Gerais”/DAEO-PARQUE AUTOMÓVEL; Dr.^a Susana Lobo, Técnica Superior Jurista DAJC. _____

Leiloeiro: Sr. Constantino Barbosa.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS TÍTULO V DO LIVRO V - CAPÍTULO II - BANCO MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO E CAPÍTULO III - BOMBEIRO VOLUNTÁRIO” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

A Câmara Municipal deliberou, no dia de 5 de novembro de 2015, aprovar o Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, o qual, após aprovação pela Assembleia Municipal, na sua reunião de 21 de dezembro de 2015, foi publicado no Diário da República, 2.^a Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2016; _____

Atento o disposto no artigo 216.º, que prevê a revisão trianual do Código, a Câmara Municipal na sua reunião de 9 de novembro de 2017, deliberou nomear novos gestores para os vários códigos regulamentares em vigor no Município, visando dar início ao procedimento de revisão dos mesmos; _____

Em 18 de outubro de 2019 foi publicada no Diário da República, 2.^a Série, n.º 201, a primeira alteração ao citado diploma regulamentar, a qual versou sobre a concessão de apoios nos estudos aos alunos do ensino superior através da atribuição de bolsas de estudo

e, ainda, sobre a concessão de apoio a obras nas habitações das famílias mais carenciadas deste concelho; _____

Não obstante a nova dinâmica que este Código trouxe à regulamentação municipal, torna-se novamente necessário proceder à sua revisão, não só para uma melhor clarificação de algumas das suas normas, ajustando-as à prática, mas também para as harmonizar com a legislação entretanto publicada; _____

A presente revisão visa verter a estratégia prosseguida pela Câmara Municipal, nomeadamente no que diz respeito à valorização do Voluntariado, nomeadamente quanto às normas e regras de funcionamento do Banco Municipal de Voluntariado, com especial destaque para as medidas de reconhecimento dos Voluntários, em geral e do Bombeiro Voluntário, em particular; _____

A natural evolução da orgânica municipal e das opções políticas urge alterar e melhorar os seguintes artigos do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, nomeadamente os artigos 125.º, 128.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º e 136.º, 141.º, 142.º e 143.º e aditar os artigos 142.º-A e 143.º - A do Título V do Livro V do citado diploma regulamentar, os quais passam a ter a seguinte redação: _____

Capítulo II - Banco Municipal de Voluntariado _____

Artigo 125.º Objeto _____

É alterado o n.º 3 que passa a ter a seguinte redação: _____

«O BMV visa acolher candidaturas de pessoas interessadas em fazer voluntariado, com idade igual ou superior a 16 anos, residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, bem como receber solicitações de voluntários por parte de entidades promotoras, procedendo ao encaminhamento de voluntários para essas entidades e acompanhando a sua inserção.» _____

É aditado o n.º 5) com a seguinte redação: _____

«Os candidatos a voluntários com idade inferior a 18 anos devem, aquando da sua candidatura, preencher um formulário de autorização assinado pelo seu encarregado de educação.» _____

Artigo 128.º Domínios do Voluntariado _____

«O voluntariado pode ser desenvolvido, entre outros domínios da atividade humana, nas seguintes áreas: (...) _____

São aditadas as alíneas «o) Cultura e p) Museus da Rede de Museus.» _____

Artigo 131.º Formação _____

É alterado passando a ter a seguinte redação: _____

«Compete ao BMV a promoção de formação inicial de voluntariado estruturada dirigida a pessoas que desenvolvam ou pretendam desenvolver atividades voluntárias.» _____

Artigo 132.º Encaminhamento _____

É alterado o seu n.º 1 passando a ter a seguinte redação: _____

«O BMV assegura a divulgação das ações de voluntariado, cabendo ao voluntário escolher a(s) ação(ões) que pretende participar, bem como o encaminhamento dos voluntários.» _____

Artigo 133.º Acompanhamento e avaliação _____

É retirado o seu n.º 2 passando o referido artigo a ter a seguinte redação: _____

«O BMV procede a uma avaliação geral da satisfação do voluntário e da entidade promotora de voluntariado pelo trabalho desenvolvido.» _____

Artigo 134.º Direitos e obrigações das entidades promotoras _____

O mencionado artigo passa a ter a seguinte redação: _____

«1 - As entidades promotoras têm direito a elaborar e estabelecer com o voluntário um programa de voluntariado, subscrito pelas partes, que defina a natureza, duração e periodicidade da atividade voluntária a desenvolver. _____

2 - As entidades promotoras ficam obrigadas a: _____

a) Designar um responsável para efetuar o enquadramento, acompanhamento e avaliação do voluntário no decurso da atividade a desenvolver; _____

b) Assegurar a correta utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios colocados ao dispor do voluntário; _____

c) Garantir a formação específica para os voluntários, quando necessário; _____

d) Assegurar os encargos com a apólice de seguro contratualizado para os voluntários; _____

e) Assegurar os custos com despesas relacionadas com os transportes, decorrentes da atividade, se a eles houver lugar, assim como os inerentes às refeições, se tal se justificar.

3 - À entidade promotora assiste o direito de não aceitar o voluntário encaminhado pelo BMV, sempre que considere que o mesmo não se adequa ao projeto a desenvolver.» _____

Artigo 135.º Direitos dos voluntários _____

As alíneas do artigo em causa são alteradas passando a ter a seguinte redação: _____

«Os voluntários têm direito a: _____

a) Dispor de um cartão de identificação de voluntário, o qual é pessoal e intransmissível, válido por um ano, a contar da data da sua entrega, tendo para o efeito que realizar pelo menos 3 ações de voluntariado; _____

b) Estabelecer com a entidade com que colabora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho que vai realizar;

c) Seguro obrigatório ativado pelo Município, quando as ações de voluntariado são dinamizadas pelo mesmo e ativado por entidades externas, quando as ações são desenvolvidas por essas entidades; _____

d) Ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve com certificação, pela entidade promotora, sempre que o requerer; _____

e) Receber apoio no desempenho do seu trabalho com acompanhamento e avaliação técnica. _____

f) Participar das decisões que dizem respeito à atividade voluntária que pratica.» _____

Artigo 136.º Medidas de reconhecimento _____

As alíneas do artigo em causa são alteradas passando a ter a seguinte redação: _____

«Os voluntários podem ter: _____

a) Redução de 50% no acesso a qualquer das piscinas municipais no regime livre até duas vezes por semana; _____

b) Redução de 50% na aquisição de bilhete para qualquer espetáculo a realizar na Casa das Artes, mediante marcação prévia com 10 dias de antecedência e sujeita à disponibilidade de lugares; _____

c) Descontos em empresas ou instituições aderentes ao cartão do BMV.» _____

Capítulo III - Bombeiro Voluntário _____

Artigo 141.º _____

Direitos _____

São acrescentadas novas alíneas ao seu n.º 1, nomeadamente as alíneas c), d), e), f) e g), pelo que o mencionado artigo passa a ter a seguinte redação: _____

“1 - Os voluntários têm direito a: _____

a) Seguro de acidentes pessoais, ativado pelo Município, visando a cobertura dos riscos de morte ou invalidez permanente, despesas de tratamento e transporte e incapacidade temporária e absoluta pelos valores fixados pela Portaria mencionada no Estatuto Social do Bombeiro; _____

b) Ser agraciado com distinções honoríficas por serviços relevantes e extraordinários prestados à causa do Voluntariado, por atos de coragem e abnegação no salvamento de

peçoas, animais ou bens e ainda pela assiduidade revelada por um serviço efetivo com comportamento exemplar e dedicação; _____

c) Prioridade na atribuição de habitação social promovida pelo Município ou apoio à renda, quando em igualdade de condições sociais e de candidatura com outros candidatos, nas condições fixadas no Título II e Título IV, do Livro VI do presente Código, com as devidas adaptações; _____

d) Apoio inicial para o encaminhamento jurídico e administrativo ao agregado familiar dos voluntários, em processos decorrentes da morte do voluntário; _____

e) Apoio na elaboração e desenvolvimento de candidaturas a financiamento externo nos domínios do emprego e formação profissional; _____

f) Apoio na promoção da capacitação e inserção profissional dos voluntários desempregados, desempregados de longa duração ou candidatos a primeiro emprego, em medidas ativas de emprego, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, nos setores público e privado, desde que o candidato reúna as condições de elegibilidade; _____

g) Aplicação da tarifa social na água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, em habitação permanente, própria ou arrendada dos voluntários; _____

2 - As distinções honoríficas mencionadas na alínea b) do número anterior, nos graus de ouro, prata e bronze, a conceder pela Câmara Municipal compreendem as seguintes modalidades: _____

a) Medalha Municipal de Coragem e Abnegação; _____

b) Medalha Municipal de Serviços Distintos; _____

c) Medalha Municipal de Dedicação Pública. _____

Artigo 142.º _____

Medidas de Reconhecimento _____

É retirada a anterior alínea c) ao seu n.º 1, pelo que o referido artigo passa a ter a seguinte redação: _____

“1 - Mediante adesão ao BMV, os voluntários têm ainda direito a: _____

a) Redução de 50% no acesso a qualquer das piscinas municipais no regime livre até duas vezes por semana, sendo que este acesso apenas será facultado ao próprio; _____

b) Redução de 50% na aquisição de bilhete para qualquer espetáculo a realizar na Casa das Artes, que seja organizado ou apoiado pela Câmara Municipal, mediante marcação prévia com 10 dias de antecedência e sujeita à disponibilidade de lugares; _____

c) Descontos em empresas ou instituições aderentes ao cartão do BMV. _____

2 - Anualmente são atribuídas 5 bolsas de estudo destinadas aos filhos dos voluntários falecidos em serviço ou por facto de doença contraída no desempenho das funções de voluntariado, nas condições fixadas no Título IV, do Livro II do presente Código, com as devidas adaptações. _____

3 - Anualmente são atribuídas 5 bolsas de estudo destinadas aos voluntários nas condições fixadas no Título IV, do Livro II do presente Código, com as devidas adaptações.” _____

É aditado o artigo 142.º -A com a epígrafe «Duração dos direitos e das medidas de reconhecimento», com a seguinte redação: _____

“Os direitos e as medidas de reconhecimento serão concedidos pelo período de um ano, a contar da data do deferimento da pretensão e apenas enquanto se verificarem os requisitos da sua atribuição, renováveis automaticamente após confirmação anual, pela respetiva Associação Humanitária da manutenção da sua condição nos artigos 138.º e 139.º.” _____

Artigo 143.º _____

Cartão de identificação _____

É alterado o seu n.º 1 passando o mencionado artigo a ter a seguinte redação: _____

“1 - Os beneficiários do regime do presente Capítulo serão titulares de cartão de identificação emitido pela Câmara Municipal, nos termos do previsto no artigo 135.º, com as devidas adaptações. _____

2 - Anualmente, as corporações de bombeiros voluntários ou os núcleos da Cruz Vermelha enviarão à Câmara Municipal relação nominal dos voluntários ao seu serviço.

3 - A renovação do cartão de identificação deverá ser requerida até 30 dias antes de caducar a respetiva validade.” _____

Por último, é, ainda, aditado o artigo 143.º -A com a epígrafe: «Cessação dos direitos e das medidas de reconhecimento” com a seguinte redação: _____

“Os direitos e as medidas de reconhecimento atribuídos no âmbito do presente Capítulo cessam: _____

a) Por morte do beneficiário; _____

b) Com a cessação das funções de voluntário, exceto em caso de doença grave ou inatividade por acidente decorrente da função; _____

c) Caso o beneficiário preste falsas declarações junto da Câmara Municipal; _____

d) Caso o beneficiário faça uso imprudente e indevido do cartão de identificação; _____

e) Caso no decurso do exercício das suas funções venha a ser acusado pela prática de algum ilícito penal, financeiro, fiscal, ou contra a segurança social, a título de dolo ou negligência, por factos praticados no exercício da função de voluntário; _____

f) Verificando-se alguma das causas previstas no número anterior, a cessação de benefícios concedidos opera por despacho do Presidente da Câmara, após audição do interessado.” _____

Considerando, por fim, o disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, e na alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual

redação, e ainda o disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere aprovar as alterações ao Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, conforme transcritas no corpo da presente proposta e que aqui se dão por reproduzidas, mais concretamente aos artigos 125.º, 128.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 141.º, 142.º e 143.º e, ainda, aditar os artigos 142.º-A e 143.º-A do Título V do Livro V, Capítulo II e Capítulo III, respetivamente, do citado diploma regulamentar. _____

2 - Que mais delibere submeter as alterações a consulta pública por um período de 30 (trinta) dias contados da data da sua publicação no Diário da República, devendo ainda as mesmas serem divulgadas por edital a afixar nos locais de estilo e publicitadas no sítio eletrónico do Município. _____

3 - Que, findo o prazo mencionado no número 2, as eventuais propostas de correção, alteração ou inovação, depois de devidamente apreciadas pelos competentes serviços, sejam remetidas à Câmara Municipal para que sobre elas se pronuncie.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ **-AUSENTOU-SE A SENHORA VEREADORA, CÉLIA MENEZES.** _____

PATRIMÓNIO: _____

1 - “ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE LOTES DA QUINTA DE REBORDELO, SITA NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

Esta Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 09 de abril de 2003, aprovar a constituição de um loteamento denominado Quinta de Rebordelo, constituído por 73 lotes, sendo 70 destinados a habitação unifamiliar e 3 para habitação multifamiliar, sito no Lugar de Rebordelo, da União das Freguesias de Ruivães e Novais, do concelho de Vila Nova de Famalicão; _____

Parte destes lotes já não integram o património municipal, na medida em que foram objeto de negócios jurídicos que o Município celebrou com particulares, e outros alienados na sequência de procedimento de hasta pública. No entanto, o Município é ainda proprietário de muitos desses lotes; _____

O Município não tem interesse em manter no seu domínio esses lotes, não estando a fazer qualquer utilização dos mesmos, não tendo para aí planeado qualquer projeto de intervenção, podendo, por isso, coloca-los à venda, aumentando, por um lado, com o produto da sua venda, as receitas municipais e, por outro lado, revitalizando e rentabilizando o investimento efetuado com a criação do loteamento; _____

Tendo conhecimento da existência de vários interessados na aquisição dos lotes, tendo em vista a sua alienação mediante hasta pública, entendeu-se efetuar uma nova avaliação dos lotes, ajustada à realidade atual do mercado, nomeando-se para o efeito uma Comissão composta por três elementos; _____

O Município, desta forma, pretende proceder à alienação dos lotes de que é proprietário, todos sitos no Lugar de Rebordelo, da União das Freguesias de Ruivães e Novais,

concelho de Vila Nova de Famalicão, abrangidos por Loteamento Municipal registado pela apresentação 1516, de 19-06-2012, pelos valores que resultam do Relatório de Avaliação datado de 19-02-2020, que se anexa, e que se identificam na seguinte tabela:

Lote/ Área	Descrição Predial	Matriz	Valor Base de Licitação
L 22 / 285m2	797 – Ruivães	1232 U	24.000,00€
L 23 / 365m2	798 – Ruivães	1233 U	24.000,00€
L 26 / 365m2	801 – Ruivães	1236 U	25.920,00€
L 27 / 358m2	802 – Ruivães	1237 U	25.920,00€
L 28 / 367m2	803 – Ruivães	1238 U	25.920,00€
L 29 / 424m2	804 – Ruivães	1239 U	25.920,00€
L 30 / 432m2	805 – Ruivães	1240 U	25.920,00€
L 31 / 432m2	806 – Ruivães	1241 U	25.920,00€
L 35 / 414m2	810 – Ruivães	1245 U	25.920,00 €
L 36 / 324m2	811 – Ruivães	1246 U	24.000,00€
L 37 / 364m2	812 – Ruivães	1247 U	24.000,00€
L 42 / 432m2	817 – Ruivães	1252 U	25.920,00€
L 43 / 432m2	818 – Ruivães	1253 U	25.920,00€
L 44 / 432m2	819 – Ruivães	1254 U	25.920,00€
L 45 / 432m2	820 – Ruivães	1255 U	25.920,00€
L 46 / 432m2	821 – Ruivães	1256 U	25.920,00€
L 47 / 432m2	822 – Ruivães	1257 U	25.920,00€
L 48 / 432m2	823 – Ruivães	1258 U	25.920,00€
L 49 / 432m2	824 – Ruivães	1259 U	25.920,00€
L 50 / 432m2	825 – Ruivães	1260 U	25.920,00€
L 51 / 432m2	826 – Ruivães	1261 U	25.920,00€
L 52 / 436m2	827- Ruivães	1262 U	25.920,00€

L 53 / 357m2	828 – Ruivães	1263 U	25.920,00€
L 54 / 432m2	829 – Ruivães	1264 U	25.920,00€
L 55 / 432m2	830 – Ruivães	1265 U	25.920,00€
L 56 / 432m2	831 – Ruivães	1266 U	25.920,00€
L 57 / 432m2	832 – Ruivães	1267 U	25.920,00€
L 58 / 432m2	833 – Ruivães	1268 U	25.920,00€
L 60 / 432m2	835 – Ruivães	1270 U	25.920,00€
L 61 / 432m2	8836 – Ruivães	1271 U	25.920,00€
L 62 / 432m2	8837 – Ruivães	1272 U	25.920,00€
L 63 / 432m2	838 – Ruivães	1273 U	25.920,00€
L 65 / 539m2	840 – Ruivães	1275 U	25.920,00€
L 66 / 432m2	841 – Ruivães	1276 U	25.920,00€
L 67 / 432m2	842 – Ruivães	1277 U	25.920,00€
L 68 / 432m2	843 – Ruivães	1278 U	25.920,00€
L 69 / 432m2	844 – Ruivães	1279 U	25.920,00€
L 70 / 436m2	8845 – Ruivães	1280 U	25.920,00€
L 71 / 1.286m2	846 – Ruivães	1281 U	135.817,15€
L 72 / 1.257m2	847 – Ruivães	1282 U	135.532,95€
L 73 / 1.795m2	848 – Ruivães	1283 U	139.410,25€

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal tem competência para, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1.000 vezes a remuneração mensal mínima garantida, e fixar as condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública; __

Atento o valor global que resulta da soma de cada valor base de licitação atribuído aos lotes propostos para alienação, a Assembleia Municipal é o órgão competente para autorizar a sua alienação; _____

Nos termos do artigo 319.º do Código Regulamentar sobre os Bens e Equipamentos do Domínio Municipal, um dos procedimentos indicados para a alienação ou oneração de imóveis é a hasta pública, precedida de aviso; _____

Nos termos do artigo 321.º do mesmo diploma legal o procedimento é dirigido por uma Comissão composta por três membros; _____

De acordo com o disposto no artigo 322.º do diploma legal acima indicado as propostas de aquisição devem ser efetuadas por licitação verbal, aberta que seja a praça, sendo que o primeiro lance deve corresponder ao valor base de licitação anunciado, não podendo os lances subsequentes ser de valor inferior a 5% da base de licitação, arredondado às centésimas; _____

Por isso, o valor base de licitação deve ser o mesmo que o valor atribuído na avaliação efetuada, e que consta do quadro acima indicado; _____

Ao abrigo do disposto no artigo 324.º do Código Regulamentar sobre os Bens e Equipamentos do Domínio Municipal, a venda destes lotes fica condicionada aos seguintes requisitos: _____

- As construções a erigir nos lotes adquiridos devem estar concluídas no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da celebração da escritura de compra e venda dos mesmos;
- O licenciamento das construções deve ser requerido até 2 (dois) anos após a celebração da escritura de compra e venda; _____
- Os lotes de terreno adquiridos neste procedimento de hasta pública apenas podem ser vendidos a terceiros decorridos 10 anos a contar da data da escritura pública de compra e venda; _____

- Nos termos do artigo 323.º do Código Regulamentar sobre os Bens e Equipamentos do Domínio Municipal, o adquirente deve pagar, no ato de adjudicação, 20% do valor da adjudicação, sendo que, nesse momento, deve declarar se opta pela modalidade de pagamento em prestações; _____

- Caso opte pelo pagamento em prestações, os 80% remanescentes do valor da adjudicação serão pagos em três prestações anuais, ficando o imóvel com reserva de propriedade a favor deste Município até ao pagamento integral. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1 - Nos termos e para efeitos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e atento o valor global que resulta da soma de cada valor base de licitação atribuído aos lotes propostos para alienação, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alienação, em hasta pública, dos lotes de terreno acima melhor identificados, pelo preço e nas condições melhor definidos no corpo da presente proposta. _____

2 - Nomear, para assegurar a hasta pública e todos os procedimentos e atos necessários à sua boa realização, os quais decorrerão com a observância do disposto nos artigos 320.º a 327.º do Código Regulamentar sobre Bens e Equipamentos do Domínio Municipal, e demais regras legais aplicáveis, uma comissão presidida pelo Diretor Municipal, Vítor Manuel Moreira, que será coadjuvado pelas Técnicas Superiores, Maria Isabel Nascimento Vieira Pinto e Susana Cláudia Machado de Sousa Lobo, e como membros suplentes Luís Miguel Alves Fernandes e Ália da Conceição Araújo Silva, afetos ao Departamento dos Assuntos Jurídicos. _____

3 - Conferir poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para que, atento o teor da presente deliberação, bem como a que vier a ser tomada pela Assembleia

Municipal, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura de compra e venda e demais atos legais que se revelem necessários.” _____

_____ **DELIBERADO POR MAIORIA, APROVAR.** _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO UM. _____

-ABSTIVERAM-SE OS SENHORES VEREADORES ELEITOS PELA LISTA DO PARTIDO SOCIALISTA. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-NÃO PARTICIPOU NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A SENHORA VEREADORA, CÉLIA MENEZES. _____

_____ *-APRESENTOU-SE, DE NOVO, A SENHORA VEREADORA, CÉLIA MENEZES.* _____

2 - “AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, SITA NA AVENIDA DE RIO VEIRÃO, DA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, DESTE CONCELHO” _____

Do Senhor Vereador Ricardo Mendes cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

O Município de Vila Nova de Famalicão é dono e legítimo possuidor de uma parcela de terreno com a área de 5.324,00 m², sita na Avenida do Rio Veirão, da freguesia de Ribeirão, deste concelho, melhor identificada na planta que se anexa, cedida ao domínio público no âmbito do processo de licenciamento n.º 9425/96, em nome de Habifama-Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda., e por Escritura de Cedência de

parcelas de terreno para domínio público celebrada no dia 03 de julho de 2015 no Cartório Notarial de Lic. Aníbal Castro da Costa, iniciada a folhas 119, do Livro de Escrituras Diversas número 232-A. _____

A freguesia de Ribeirão solicitou a cedência desta parcela de terreno, para a criação de um parque de lazer, que se destina a ser utilizado pela população daquela freguesia; ____

Nos termos da alínea ee), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal criar, construir e gerir equipamentos integrados no património do Município; _____

Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em ARTICULAÇÃO com as freguesias, designadamente nos domínios do equipamento urbano, património, tempos livres e desporto, nos termos do disposto no n.º 1 e nas alíneas a), e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º da citada Lei n.º 75/2013; Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da citada Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; _____

A Assembleia Municipal por deliberação aprovada na sua reunião de 10 de novembro de 2017, delegou esta competência na Câmara Municipal; _____

A freguesia de Ribeirão compromete-se a limpar, manter e conservar a parcela de terreno do domínio público municipal, acima melhor identificada, assim como a respeitar o fim para o qual é feita a cedência de utilização - manutenção dos espaços verdes e de utilização coletiva, ou seja, criação de um parque de lazer; _____

Considerando por fim, o regime de cedência de utilização previsto no artigo 23.º, ao qual se aplica com as necessárias adaptações o disposto nos artigos 53.º a 58.º, todos do

Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua atual redação, é o meio que, neste caso, se mostra mais adequado para atingir os fins visados. _____

Tenho a honra de propor: _____

1 - Que a Câmara Municipal delibere ceder, em regime de contrato de cedência de utilização do domínio público, nas condições fixadas na respetiva minuta que se anexa e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido, à freguesia de Ribeirão, NIPC 506 914 410, a parcela de terreno do domínio público com a área de 5.324,00 m2, sita na Avenida do Rio Veirão, da freguesia de Ribeirão, deste concelho, destinada a parque de lazer, ficando a freguesia obrigada às demais condições contratuais. _____

2 - Conferir poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para, em nome e em representação do Município, outorgar e assinar o respetivo contrato.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ *-AUSENTOU-SE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL POR IMPEDIMENTO LEGAL.* _____

_____ *-ASSUME A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR VICE-PRESIDENTE, RICARDO MENDES.* _____

_____ **CULTURA:** _____

1 - “APOIO FINANCEIRO À FUNDAÇÃO CUPERTINO DE MIRANDA, PARA COMPARTICIPAR NA CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES DE 2020” _____

Do Senhor Vereador Leonel Rocha cujo teor se transcreve: _____

“A Fundação Cupertino de Miranda, com sede em Praceta Cupertino de Miranda, 4764-968 Vila Nova de Famalicão, pessoa coletiva n.º 500 832 404, é uma fundação sem fins lucrativos que prossegue fins de manifesto interesse público municipal, instituição legalmente constituída, com a sua situação contributiva e tributária regularizadas, que cumpre com o preceituado no artigo 9.º da Lei-Quadro das Fundações, e que se propõe a objetivos de natureza social e cultural, sem intuito lucrativo, nomeadamente, creche ou jardim-de-infância, apoio à família, a instituições de solidariedade social já existentes neste concelho e a cidadãos carenciados através de subsídios pecuniários, sala de leitura (biblioteca), cursos, conferências, concertos, espetáculos (auditório) e exposições (museu); _____

Incumbe à Câmara Municipal participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, educativa, recreativa, ou outra, ao abrigo da alínea u), do número 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo esta competência exclusiva do órgão executivo, e, como tal, indelegável, de acordo com o número 1, do artigo 34.º, do referido diploma legal. De facto, a Autarquia entende que as instituições, associações e coletividades de carácter social, cultural, educativo, recreativo, ou outro, desempenham uma importante função social, sendo de realçar, por um lado, a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento da cultura, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações, nomeadamente das camadas mais jovens, e, por outro lado, garantindo o acesso efetivo dos munícipes famalicenses aos direitos sociais, sobretudo, aos cidadãos vulneráveis pela idade, disfunção física, social e cultural, e também aqueles que vivem em situações difíceis, tais como, a pobreza, a discriminação, a carência, a vulnerabilidade, a precariedade e a desigualdade; _____

Entre os mecanismos de apoio de base regular encontram-se os concedidos nos termos definidos pelo “Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios” do Município de Vila Nova de Famalicão, para apoio à atividade cultural regular das instituições, associações e coletividades. Este apoio é calculado de acordo com uma matriz de critérios, estabelecida pela Divisão de Cultura e Turismo, a qual foi definida com o propósito de valorizar as orientações e objetivos estabelecidos para a política cultural do Município, tais como: desenvolvimento de projetos em áreas de manifesto interesse municipal, designadamente no âmbito social, cultural, educativo, recreativo, ou outro; interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto; sustentabilidade do plano de atividades, e do seu contributo para a valorização cultural do concelho; valorização do património cultural do Município; valorização da criação multicultural; estratégia de captação e sensibilização de públicos; iniciativas destinadas a públicos infantis e juvenis, nomeadamente complementares das atividades curriculares fomentando o interesse das crianças e dos jovens pela cultura; atividades ou projetos artísticos e culturais acessíveis a pessoas com deficiência; entre outros. Esta matriz define, ainda, quais os instrumentos e evidências de controlo que têm de ser apresentados pelas instituições, associações e coletividades de âmbito social, cultural, educativo, recreativo, ou outro, para cálculo e controlo dos apoios financeiros e não-financeiros a atribuir, de forma individual, às mesmas;_____

Finalmente, os fundamentos que subjazem à proposta da decisão final de atribuição de apoio financeiro, encontram-se vertidos na intervenção da Fundação Cupertino de Miranda, a qual sempre foi marcada por comprovada competência e profissionalismo, na confirmação dos valores éticos e morais da sua cultura fundacional, através da programação sistemática no setor das artes plásticas, do apoio que a Biblioteca da Fundação presta à comunidade, pelo Serviço Educativo, pela publicação de edições

próprias e pela realização de eventos específicos, como Ciclos de Música e Poesia, Encontros Mário Cesariny, concertos com os Cupertinoos (Cappella Musical), entre outras iniciativas. _____

Compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e atendendo que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre da alínea a), do n.º 2, do artigo 69.º, e dos números 1 e 3, do artigo 73.º, do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado na II Série do Diário da República, de 05 de janeiro de 2016. _____

Nos termos do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 20.000,00 € (vinte mil euros) à Fundação Cupertino de Miranda, fundação privada de interesse geral sem fins lucrativos, NIPC 500 832 404, para participar na concretização do Plano de Atividades de 2020; _____
 2. Autorizar o pagamento de 50% da participação em causa antes do início das atividades e o restante após a realização das mesmas; _____
 3. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades, em anexo à proposta; _____
 4. Conceder poderes ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo referido no número anterior; _____
 5. Pagar o montante previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____
- Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1029/2019, efetuados com base no cabimento nº 1526/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

-NÃO PARTICIPOU NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *-RETOMOU A COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.* _____

_____ **FREGUESIAS:** _____

1 - “ESTORNO DE VERBAS RELATIVAS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS E ÁGUAS RESIDUAIS E DOS CONTRATOS DE COOPERAÇÃO/ PROTOCOLOS” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que: _____

Alguns valores deliberados inicialmente para os contratos interadministrativos de delegação de competências para execução dos trabalhos e obras de requalificação da rede viária em Estradas Municipais/Caminhos Municipais e para a execução de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais foram superiores ao valor da

obra que foi efetivamente realizada tal como em obras apoiadas das através de contratos de cooperação e/ou protocolos celebrados com as freguesias; _____

Houve outros contratos que não foram executados na sua totalidade ou só foram executados parcialmente pelo que há necessidade de proceder-se ao estorno desses valores, para que as verbas não fiquem cativas. _____

Termos em que tenho a honra de propor que a Câmara municipal delibere: _____

1 - Estornar os valores dos compromissos da tabela em anexo e que faz parte integrante da presente proposta; _____

2 - Remeter a cada um dos órgãos executivos das freguesias a presente deliberação para os devidos efeitos.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“A verba em epígrafe tem movimento de estorno com as rubricas 0102/0805010204; 0102/0805010205 e 0102/0805010206.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

DESPORTO: _____

1 - “APOIO FINANCEIRO PARA ORGANIZAÇÃO DO 10º DUATLO DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“Depois do sucesso da 9ª edição do Duatlo de Vila Nova de Famalicão, a Federação de Triatlo de Portugal pretende promover, no dia 29 de março de 2020, uma prova que junta o atletismo e o ciclismo BTT, num desafio exigente, mas apaixonante. _____

Pela segunda vez, a prova conta para o Campeonato Nacional (prova aberta) assegurando, assim, a presença dos melhores atletas nacionais da modalidade e, apesar do carácter federativo da prova, a organização está a ser preparada para acolher também todos os amadores apaixonados e simpatizantes pelas duas modalidades desportivas. _____

Mais uma vez o epicentro da competição será de novo no Parque da Devesa de Vila Nova de Famalicão, um espaço por excelência para acolher esta iniciativa de nível Nacional. _

Para o corrente ano de 2020 estão reunidas as condições para a organização de mais uma edição desta iniciativa, através do estabelecimento de parceria entre a Federação Portuguesa de Triatlo e Associação Amigos do Pedal, enquanto entidades promotoras, e o Município de Vila Nova de Famalicão enquanto parceiro organizador, cabendo-lhe a participação ao nível da colaboração logística, divulgação/comunicação e licenciamentos. Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 67.º e a alínea a) do nº2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a entidades desportivas, singulares ou coletivas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir à Federação de Triatlo de Portugal, NIF 502 257 270, um apoio financeiro no montante de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros), tendo em vista o apoio à organização do 10º Duetlo de Famalicão. _____

2. Autorizar, no âmbito da parceria estabelecida, a realização de despesa até ao montante global de 1.701,71 € (mil setecentos e um euros e setenta e um cêntimos), distribuído da seguinte forma: 615,00 € (seiscentos e quinze euros) para custos com material de impressão, ao abrigo do compromisso 2020/125, 909,59 € (novecentos e nove euros e cinquenta e nove cêntimos) para troféus, ao abrigo do CP 29/19/DDTL e 177,12 € (cento

e setenta e sete euros e doze cêntimos) para material de impressão (lonas), ao abrigo do CP 047/18/GAP. _____

3. Aprovar a minuta do contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo à proposta. _____

4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar referido o contrato-programa. _____

5. Pagar o previsto no n.º 1, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e, desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1027/2019, efetuados com base no cabimento nº 1528/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

2 - “APOIO FINANCEIRO PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS - CAMPEONATO CONCELHIO DE 3H RESISTÊNCIA EM BTT”

Do Senhor Vereador Mário Passos cujo teor se transcreve: _____

“O Município de Vila Nova de Famalicão tem como um dos seus principais objetivos a promoção de uma política desportiva de cooperação com as associações e demais instituições, nomeadamente as que promovem o relacionamento e dinâmica interassociativa, contribuindo para um maior envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento e oferta de atividades desportivas a nível local. _____

Com esta política de incentivo ao fomento do desporto amador e concelhio são já seis as iniciativas promovidas por associações famalicenses, como é o caso do Campeonato Concelhio de Futsal, Liga Futsal de Famalicão, Campeonato Concelhio de Columbofilia, Campeonato concelhio de Pesca Desportiva, Liga Concelhia de Bilhar e o Campeonato Concelhio de 3h Resistência em BTT. Esta iniciativa trata-se de um campeonato concelhio devidamente regulamentado, composto por 6 provas, BTT Brufe, BTT Grac, BTT ACURA, BTT Mouquim, BTT Amitorre e BTT AMVE. _____

Considerando que a comparticipação ora proposta se enquadra no planeamento do Município em matéria de apoio à atividade desportiva e atenta a competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 69.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, deste Município, em matéria de apoios financeiros a associações, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Atribuir à Associação Cultural Desportiva S. Martinho Brufe, NIF 501 733 418, sem prejuízo de outros apoios logísticos, um apoio financeiro, no montante de 3.600,00 € (três mil e seiscentos euros), tendo em vista o apoio à organização do Campeonato Concelhio de 3h Resistência em BTT 2020. _____
2. Autorizar, no âmbito da parceria estabelecida, a realização de despesa até ao montante global de 177,12 € (cento e setenta e sete euros e doze cêntimos) para material de impressão (lonas) ao abrigo do CP 047/18/GAP. _____
3. Aprovar a minuta de contrato-programa de atribuição do apoio financeiro, em anexo.
4. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o referido contrato-programa. _____
5. Pagar o previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso 1028/2019, efetuados com base no cabimento nº 1527/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

DEFESA DOS ANIMAIS: _____

1 - “REFORÇO DA VERBA NO PROGRAMA DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO - CHEQUE VETERINÁRIO DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Vereador Pedro Sena cujo teor se transcreve: _____

“Considerando que tem sido política do Município nos últimos anos, adotar medidas que contribuam para a saúde e bem-estar animal, promovendo também a proteção da saúde pública e prevenir o seu abandono através da dinamização e incentivo à adoção dos animais abandonados como controlo da população animal. _____

Considerando ainda que, o Programa de Apoio à saúde veterinária para Animais de Companhia em Risco - Cheque Veterinário de Famalicão, em articulação com a Ordem dos Médicos Veterinários (OMV), tem tido uma enorme afluência e tem-se demonstrado um sucesso na salvaguarda de animais em risco, nomeadamente cães e gatos no apoio de cuidados primários médico veterinários para animais em risco e uma vez que a cláusula décima quarta do protocolo permite a renovação do mesmo e estando as partes interessadas. _____

Pelo exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar o cabimento para o ano de 2020 do “Programa de Apoio à Saúde Veterinária para animais de companhia em risco - “Cheque Veterinário de Famalicão” no valor até 15 000,00 € (quinze mil euros), nos termos apresentados no protocolo em anexo à proposta.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso nº 1026/2019, efetuados com base no cabimento nº 1533/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

_____ **TURISMO:** _____

1 - “APOIO FINANCEIRO E NÃO FINANCEIRO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, PARA A ORGANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS SOLENIDADES DA SEMANA SANTA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO” _____

Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve: _____

“A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Nova de Famalicão, com sede em Rua Álvaro Castelões, n.º 57, Apartado 27, 4760-117 Vila Nova de Famalicão, pessoa coletiva n.º 500 969 531, representada pelo Pároco Francisco Miguel Fernandes Carreira, é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos que prossegue fins de manifesto interesse público municipal, legalmente constituída, com a sua situação contributiva e tributária regularizadas, tendo por missão ajudar o pároco na reta e justa administração dos bens materiais da Paróquia, de acordo com a lei canónica e civil; _____

A Semana Santa representa um dos momentos mais importantes da vivência religiosa um pouco por todo o mundo, sendo o povo português tradicionalmente muito devoto e participativo nas diferentes manifestações religiosas do país, as quais se encontram enraizadas na cultura nacional. Por outro lado, as Solenidades da Semana Santa são igualmente um importante impulso na dinâmica social, cultural e económica das diferentes regiões e concelhos do país, com um interesse e potencial turístico cada vez mais relevante; _____

Neste contexto, e como tem acontecido nos anos anteriores, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Nova de Famalicão, com a colaboração da Câmara Municipal, apresenta um vasto e variado programa que tem como objetivo maior criar uma manifestação comunitária de comunhão, esperança e crença num mundo melhor, fatores que se revelam importantes para a população e, consequentemente, no reforço do sentido de pertença, comunidade e identidade comum; _____

A importância e a singularidade das Solenidades da Semana Santa de Vila Nova de Famalicão justificam a prestação do apoio necessário à sua organização de forma a possibilitar e potenciar as diversas atividades, assegurando a devida dignidade, segurança e ambição na implementação dos diversos momentos que ocorrem no âmbito das referidas celebrações; _____

Desta forma, o programa proposto para 2020 apresenta um conjunto alargado de atividades, que vão muito além do carácter religioso, contemplando propostas na área cultural, nomeadamente a realização de uma peça de teatro “As Pinturas de Caravaggio em Carne e Osso”, com encenação a cargo do INAC, através da realização de uma nova procissão de Domingo de Ramos, e na área gastronómica, integrando o fim-de-semana Dias à Mesa e prevendo a realização de um mercado de doces de Páscoa. As diferentes

iniciativas envolvem um conjunto muito diversificado de parceiros, conforme se pode verificar no programa em anexo à proposta. _____

Considerando que compete à Câmara Municipal prestar apoio a atividades de interesse municipal, conforme decorre das alíneas o) e u), ambas do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo a que a concessão do apoio assenta na motivação anteriormente narrada e em critérios gerais e específicos para a área cultural, conforme decorre da alínea a) do n.º 2 do Art.º 69.º e dos n.ºs 1 e 3 do Art.º 73.º do Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios, publicado na II Série do Diário da República, de 5 de janeiro de 2016, proponho que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar a atribuição à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Nova de Famalicão, NIPC 500 969 531, de um apoio financeiro no valor de 8.000,00 € (oito mil euros) para a organização e implementação das Solenidades da Semana Santa de Vila Nova de Famalicão; _____
2. Autorizar o pagamento de 50% da comparticipação em causa antes do início das atividades e o restante após a realização das mesmas; _____
3. Aprovar a atribuição à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Nova de Famalicão, NIPC 500 969 531, de um apoio não-financeiro, que se materializa na cedência de apoio logístico na organização e implementação das atividades, de acordo com as disponibilidades do Município; _____
4. Aprovar a isenção à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Nova de Famalicão, NIPC 500 969 531, de liquidação/pagamento de taxas municipais relativas a Licença Especial de Ruído e a Ocupação de Espaço/Via Pública, necessárias para a realização das atividades, de acordo com o artigo 35.º e a alínea c), do número 2, do artigo 36.º, do Código Regulamentar de Taxas Municipais - DR, II Série, n.º 14, de 21 de janeiro, 2016; _____

5. Aprovar a minuta do protocolo de atribuição de apoio financeiro e não-financeiro para o desenvolvimento de atividades, em anexo à proposta; _____

6. Conceder poderes ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para outorgar o protocolo referido no número anterior; _____

7. Pagar o montante previsto no n.º 1 de acordo com as disponibilidades financeiras do Município, e desde que se verifique a existência de fundos disponíveis.” _____

Informam os Serviços de Contabilidade: _____

“Os fundos disponíveis são suficientes para assunção do compromisso n.º 1030/2019, efetuados com base no cabimento n.º 1535/2019.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

INTERNACIONALIZAÇÃO: _____

1 - “PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE)” _____

Do Senhor Vereador Augusto Lima cujo teor se transcreve: _____

“O Município de Vila Nova de Famalicão definiu como prioridade angular, no âmbito da Estratégia de Diplomacia Urbana para a Internacionalização de Vila Nova de Famalicão, a concretização de um conjunto de medidas estruturantes que visam o aprofundamento da cooperação com outros territórios do mundo e, designadamente, a celebração de acordos de geminação. _____

O Município de Vila Nova de Famalicão pugna pela prossecução de uma política de estreita cooperação institucional e de parceria com entidades do panorama internacional, públicas ou privadas, que promovam internacionalmente Vila Nova de Famalicão e os seus agentes socioeconómicos nesse contexto. _____

Por conseguinte, o Município tem vindo a desenvolver contactos de cooperação com outras cidades e regiões internacionais, como é o caso da Região Autónoma do Príncipe, a segunda maior ilha de São Tomé e Príncipe, País Africano de Língua Oficial Portuguesa. _____

Considerando que no passado dia 20 de fevereiro de 2020 teve lugar, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a assinatura de um Memorando de Cooperação entre o Município de Vila Nova de Famalicão e a Região Autónoma do Príncipe (São Tomé e Príncipe), por ocasião da Visita Oficial do Presidente do Governo Regional do Príncipe a Vila Nova de Famalicão. _____

Considerando que os subscritores do documento, designadamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Paulo Cunha, e o Senhor Presidente do Governo Regional do Príncipe, José Cardoso Cassandra, assumiram o compromisso de assinar um Protocolo de Geminação, que permita um intercâmbio transnacional de novas e estimulantes oportunidades e conhecimentos para as duas comunidades, sobretudo nos domínios económico, cultural, educativo e ambiental, em abril de 2020, na Presidência do Governo Regional do Príncipe, por ocasião da Visita Oficial do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão à Região Autónoma do Príncipe. _____

Considerando que os Municípios podem celebrar acordos de geminação com Municípios e entidades equiparadas de outros países, competindo a sua autorização à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 25.º, n.º 1, alínea t) do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: _____

1. Aprovar a minuta do protocolo de geminação com a Região Autónoma do Príncipe, a qual se junta em anexo e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido. _____
2. Remeter a presente proposta à Assembleia Municipal para autorizar a geminação com a Região Autónoma do Príncipe, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 25.º, n.º 1, alínea t) do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____
3. Conferir poderes ao senhor Presidente de Câmara Municipal para outorgar o protocolo de geminação.” _____

_____ **DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR.** _____

-SUBMETÊ-LA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA OS EFEITOS MENCIONADOS NO SEU PONTO DOIS. _____

-CONFORME DELIBERAÇÃO TOMADA EM DEZANOVE DE OUTUBRO DE 2017, A ATA É APROVADA EM MINUTA. _____

E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, eram onze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata. _____

E eu, Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a redigi e assino juntamente com o senhor Presidente. _____